



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTROS DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA
INFÂNCIA E JUVENTUDE

INFORMATIVO nº 04/2019 CAOPIJ

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE encaminha o presente informativo contendo orientações acerca das medidas necessárias para promoção da acessibilidade no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

CONSIDERANDO que se avizinha a realização do processo unificado de escolha dos membros do Conselho Tutelar, que ocorrerá no próximo dia 06 de outubro;

CONSIDERANDO que, não obstante solicitada à Justiça Eleitoral, não restou possível a disponibilização de urnas eletrônicas para o respectivo processo de escolha;

CONSIDERANDO que muitos municípios no Estado de Pernambuco não dispõem, por exemplo, de cédula de votação com sistema braile;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas para garantir ao cidadão o acesso ao local de votação, assegurando-lhes, assim, o exercício da cidadania;

CONSIDERANDO que a Justiça Eleitoral possui diversos mecanismos utilizados para promover a acessibilidade dos eleitores, sendo tais medidas administrativas aplicáveis, por analogia, ao pleito do Conselho Tutelar;

Encaminha este Centro de Apoio, com base nos moldes estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, as seguintes orientações:

1. Deverá ser assegurado o atendimento prioritário a pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo;
2. Deverão ser assegurados aos eleitores com deficiência os meios e recursos destinados a facilitar-lhes o exercício do voto;
3. No momento da votação, poderá o eleitor informar ao mesário suas limitações/deficiências, a fim de que sejam providenciadas as soluções adequadas;

4. Poderá o eleitor com deficiência contar, também, com a ajuda de uma pessoa de sua confiança, para acompanhá-lo durante a votação, desde que imprescindível a presença do acompanhante (artigo 76, § 1º, IV, da Lei 13.146/2015);
5. No caso de eleitor analfabeto, caso não saiba assinar, poderá utilizar a impressão digital do seu polegar direito, podendo utilizar-se de uma "cola" (anotação do número de seu candidato) ou de instrumentos que possam auxiliá-lo, para facilitar a votação.

Recife, 01 de outubro de 2019.

Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda
Coordenador CAOPJ

Maria Thereza N. de Miranda Medeiros
Analista Ministerial CAOPJ